

## A Terra Prometida como “Lugar” de Catador

trajetórias, conflitos e guetização na periferia urbana de Campos dos Goytacazes, RJ

Érica Terezinha Vieira de Almeida<sup>1</sup>

GT 3. A produção da cidade, redes, agentes e ações da periferia

**Resumo:** Este artigo é fruto de pesquisa e extensão universitária realizadas entre os anos de 2011 e 2021 junto aos catadores de recicláveis do lixão em Campos dos Goytacazes/RJ. Situado na periferia da cidade, o lixão da Codin, assim como, os catadores que nele trabalhavam serão objetos de um conflito urbano envolvendo um grupo de “sem teto” e a Prefeitura local. Removidos de sua “ocupação” e encaminhados para o loteamento da Terra Prometida, os “sem-teto” rejeitam o novo loteamento pela sua proximidade com o Vazadouro municipal, que mais tarde será ocupado pelos catadores de recicláveis que trabalhavam e/ou moravam no lixão. A partir de uma ampla revisão bibliográfica, particularmente, das pesquisas sobre o loteamento da Terra Prometida, realizadas nos anos de 1990 e 2000, e aquelas realizadas com os catadores de recicláveis do lixão da Codin, a partir de 2012, este artigo se propõe a atualizar as questões envolvidas na ocupação deste “lugar” e os seus “usos” pelos catadores e demais atores. Na análise, serão enfatizados os processos de precarização, de racialização e de guetização deste que foi um dos primeiros loteamentos do município. Passados 20 anos, os catadores da Terra Prometida e adjacências voltam à cena pública em um outro conflito - o fechamento do lixão, em 2012, depois de mais de duas décadas de existência, em defesa do seu direito ao trabalho, chamando atenção para as permanências das práticas de racismo institucional e de subalternização nas políticas públicas locais.

### 1 UMA BREVE INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DE PESQUISA

No início dos anos de 1990, a ocupação de um terreno particular no bairro Calabouço, na cidade de Campos dos Goytacazes, doravante tratada apenas por Campos, por mais de 250 famílias, tornou-se um problema para o recém-empossado governo municipal<sup>2</sup>. Depois de quatro décadas de expulsão dos trabalhadores do

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Professora Associada do Departamento de Serviço Social de Campos e, desde 2016, professora permanente do Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Sociedade, ambos da UFF Campos. Tem Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela ESS/UFRJ e Pós-Doutorado em Ciências Políticas pelo PPGSP/UENF. É Coordenadora do NETRAD (Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política) e, desde 2011, realiza projetos de pesquisa e de extensão com os catadores do lixão e com as Cooperativas de Catadores do município. [ericalmeida@uol.com.br](mailto:ericalmeida@uol.com.br)

<sup>2</sup> Eleito em 1988 para a Prefeitura de Campos, o ex-radialista Anthony Willian Matheus de Oliveira ficou mais conhecido como Garotinho e governou a cidade por dois mandatos, até 1996. Em 1998, foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro. Em 2002, lançou-se como candidato à Presidência da República, enquanto sua esposa, Rosinha Garotinho, era eleita para o governo do estado do Rio de Janeiro, em primeiro turno. Em 2010, foi o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro. No período de 2008 a 2016, Rosinha Garotinho governou a cidade de Campos dos Goytacazes. Atualmente, o filho do casal, Wladimir Garotinho, é o Prefeito desde 2020.

campo em direção à cidade e de sua fixação nas favelas e nas periferias, essa ocupação representava o primeiro conflito urbano por moradia na cidade. Em janeiro de 1991, o número de famílias na ocupação do Calabouço já havia dobrado, chegando a 540 (GOMES, FARIAS, CORDEIRO, 2012). Segundo as autoras,

Tal fato provocou inúmeros conflitos entre os proprietários da área ocupada e os “invasores”, obrigando a Prefeitura a resolver, de forma emergencial, a situação dessas pessoas. Nesse contexto é criado, então, o projeto “Terra Prometida”, que previa a doação de lotes às famílias anteriormente cadastradas pela Secretaria de Promoção Social, que passariam, ainda, por uma “triagem” detalhada, realizada por assistentes sociais. (GOMES; FARIAS; CORDEIRO, 2012, p. 75).

Localizado na fronteira do Distrito Industrial da Codin e vizinho do Vazadouro municipal, conhecido como lixão da Codin, o loteamento da Terra Prometida, de iniciativa do governo local, situava-se em área desapropriada pelo referido governo e integrava o projeto “Cada família tem um lote”<sup>3</sup>. Previsto para alocar as famílias da ocupação do Calabouço, o projeto teve início no ano de 1991 e sofreu diversas modificações na sua implementação. Segundo Póvoa (2002), a proposta inicial era a de doar lotes urbanizados e material de construção para cerca de 360 do total de 540 famílias que ocupavam o Calabouço. Essas pessoas deveriam construir suas casas por meio de mutirão, todavia, em virtude dos cortes no Programa por parte da Gestão Municipal, foram construídas apenas 80 casas de um cômodo e sem banheiro (PÓVOA, 2002, p. 73). Além da precarização do projeto, a autora destaca que, dentre os demais programas de habitação popular da Prefeitura de Campos, o loteamento da Terra Prometida foi o mais distante da área central, conforme indica a figura abaixo (Figura 1), e, sem dúvida, o mais precário.

Figura 1 – Implantação do Conjunto da Terra Prometida (Codin)

---

<sup>3</sup> Segundo Cordeiro (2004), de acordo com dados obtidos na imprensa local, o loteamento era constituído 4,5 alqueires de terra desapropriados pela Prefeitura para serem doadas aos sem-teto. Distribuído igualmente entre as famílias, cada lote tinha 180 metros quadrados.



Fonte: Desenvolvido por D' Almeida (2018), com base em Godoy *et al.* (2017).

Como se pode observar, além de ratificar a sua proximidade com o lixão, da Codin, instalado em área cedida à Prefeitura local, no ano de 1990<sup>4</sup>, a Figura acima demonstra a segregação espacial do loteamento da Terra Prometida com relação ao restante da malha urbana ocupada no início da década de 1990 (representada pela cor laranja). Se considerarmos que, no início daquela década, a cidade ainda era bastante desprovida dos serviços de transporte público, sobretudo nas suas periferias urbanas, podemos afirmar que a Terra Prometida, durante a sua primeira década, submeteu os seus moradores a um processo especial de segregação socioespacial, muito próximo daquilo que Wacquant chama de “gueto” (2004). A combinação entre distanciamento territorial, ausência de mobilidade e dos equipamentos coletivos responsáveis pela oferta de serviços e de bens públicos (materiais e imateriais) essenciais, e ainda a proximidade do lixão, principal local de trabalho de grande parte dos seus moradores, acabou contribuindo para o confinamento desse grupo no território, sobretudo na sua primeira década (1991-2000) e sua estigmatização como morador de favela e catador de lixão<sup>5</sup>. Além do distanciamento com relação à malha

---

<sup>4</sup> O primeiro Vazadouro Municipal, segundo matéria do Jornal Monitor Campista, de 1983, já contava com o trabalho dos catadores. Ele ficava localizado entre as favelas do Jacú e da Aldeia. Em 1987 o Governo local o transferiu para o um novo local, também privado, próximo à área da Codin. Insatisfeito com a transferência do Vazadouro para a sua propriedade, o proprietário da área apresentou uma queixa judicial contra a Prefeitura, reclamando a retirada do lixão das suas terras (FOLHA DA MANHÃ, 1989). Em 1990, o novo Governo transferiu o lixão para uma área cedida no Distrito Industrial da Codin. Segundo Jornal Folha da Manhã, em 1992, já eram mais de 400 catadores trabalhando no lixão, dentre eles, muitas mulheres com seus filhos; algumas morando no lixão.

<sup>5</sup> A Terra Prometida, como “lugar”, assim como seus moradores, serão objetos de uma dupla estigmatização, seja por conta de ser considerada uma favela próxima ao lixão e, ainda, pelo trabalho exercido pela maioria dos seus moradores como catadores de recicláveis no lixão. Para Goffman (1988, p.13), “o estigma será usado sempre em relação a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na verdade, é uma linguagem de relações e não de atributos”. Na verdade, o que Goffman

urbana e do Centro da cidade que, naquela época, concentrava grande parte do comércio e dos serviços em geral e das instituições públicas e privadas essenciais à gestão da vida cotidiana, o loteamento da Terra Prometida possuía duas barreiras físicas que acentuavam, ainda mais, o seu confinamento – a área da Codin, do lado esquerdo, e as áreas de pastagem e o lixão, à direita (D'ALMEIDA, 2018).

Segundo Cordeiro (2004), das 540 famílias da ocupação do Calabouço cadastradas para serem atendidas pela Prefeitura, apenas 200 seriam assistidas pelo Projeto da Terra Prometida, todavia a resistência por parte dos “sem-teto” com relação à Terra Prometida, em virtude da sua proximidade com o lixão, foi decisiva para a alteração daquele Projeto e para sua ocupação por parte dos catadores de recicláveis do lixão, sujeitos de menor prestígio social e de recursos políticos, mas interessados naquele “lugar”, pelo mesmo motivo que levaram os “sem-teto” do Calabouço a recusá-lo – sua proximidade com o lixão. Em entrevista a um jornal local (Folha da Manhã, 1991), a representante dos “sem-teto” afirmou que eles não aceitariam morar em um terreno próximo ao lixão, “um lugar que nem porco e rato quer” e que já havia sido rejeitado por outros moradores, referindo-se aos moradores de uma favela tradicional da cidade (CORDEIRO, 2004). A resistência ao “racismo ambiental”<sup>6</sup> e ao estigma de serem vistos como catadores que vivem no meio do lixo disputando alimentos com os urubus e outros animais são alguns dos atributos depreciativos que estarão presentes nas interações produzidas no processo de constituição da Terra Prometida, produzindo uma relação de hierarquização e desqualificação dos seus moradores, percebidos como “portadores de estigma” (GOFFMAN, 1988).

Ao denunciarem a localização da Terra Prometida, os “sem teto”, também um grupo tradicionalmente marginalizado, acabaram reproduzindo os estigmas e estereótipos apresentados por uma parcela expressiva da sociedade e pelas instituições do Estado. Aliás, este processo de estigmatização contra os moradores da Terra Prometida seria atualizado, mais tarde, por outros atores em outros conjuntos habitacionais, colocando em oposição os moradores tradicionais dos

---

quer enfatizar é que os atributos ganham um valor depreciativo nas relações sociais. Nesse sentido, afirma Goffman, o estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo (GOFFMAN, 1988)  
<sup>6</sup> Cunhado pelo ativista negro dos direitos civis nos EUA, Benjamin Franklin Chavis Jr., em 1981, para chamar atenção de uma outra dimensão do racismo, o racismo ambiental abrange as questões territoriais causadoras de injustiças cometidas contra grupos vulneráveis territorialmente situados (RIBEIRO, S. **Racismo ambiental**: o que é importante saber sobre o assunto. Portal Geledés, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-ambiental-o-que-e-importante-saber-sobre-o-assunto/>. Acessado em 31 de março de 2021.

bairros onde foram construídos os conjuntos do Programa de Habitação Popular “Morar Feliz” e os seus novos vizinhos, “os moradores das casinhas”.

O impasse com o governo local fez com que muitos “sem-teto” se recusassem a morar na Terra Prometida, que foi sendo ocupada por outros trabalhadores de baixa renda que viviam de aluguel nas proximidades do novo loteamento, dentre eles, os catadores que trabalhavam no lixão e aqueles que, por completa ausência de condições, moravam em barracos dentro do próprio lixão. Muitos deles, mulheres com seus filhos que abandonaram a casa na roça em virtude da violência doméstica e buscaram o lixão como lugar de trabalho (ALMEIDA, 2021). Essa ocupação acabou pressionando o Governo local, que reconfigurou a proposta original do Projeto, permitindo que, além dos moradores cadastrados originalmente pela Prefeitura, pudessem permanecer, também, as famílias que ocuparam os lotes (JUNCÁ *et al.*, 2000) e aquelas que negociaram com os insatisfeitos por um preço muito mais em conta do que o praticado no mercado, conforme relatos dos catadores que residem na Terra Prometida.

*Eu morava em Guarus, mas meu marido faleceu e eu fiquei sozinha com meus filhos. Como o aluguel era muito caro onde eu morava, eu consegui um terreno aqui na Terra Prometida e vim pra cá com meus filhos. (ALMEIDA, 2021).*

*Minha família era de Custodópolis e meus pais eram cortador de cana. Aí vovó se mudou pra Terra Prometida, por conta das casas que o povo que não queria ficar lá, tava vendendo por pum preço mais barato. Minha vó veio e mamãe também veio. (ALMEIDA, 2021).*

Passados trinta anos da criação do loteamento da Terra Prometida (1991), ainda se fazem necessárias algumas problematizações sobre a trajetória e sobre o processo de reprodução social das famílias que passaram a viver naquele loteamento e, também, sobre as mudanças daquele “lugar”, o que inclui os conflitos em função do fechamento do lixão depois de mais de duas décadas de existência. Nesse sentido, também compõe esta análise a construção de uma identidade social vinculada ao trabalho de catação no lixão e de uma sociabilidade castrada pela guetização, processos importantes no que se referem às respostas coletivas acionadas por esses sujeitos depois do fechamento do lixão. É importante destacar que essa problematização só está sendo possível em virtude das pesquisas mais recentes realizadas com os catadores depois do anúncio do fechamento do lixão (ALMEIDA, 2015, 2017, 2021). Sendo assim, além de uma ampla pesquisa bibliográfica, este

artigo também faz um diálogo com as obras produzidas sobre a Terra Prometida, na década de 1990 e início dos anos 2000 (JUNCÁ *et al.*, 2000; PÓVOA, 2002; CORDEIRO, 2004), chamando atenção para esse território, seus conflitos e agentes e para as práticas hegemônicas e de resistências que foram definindo a Terra Prometida como “lugar de Catador”, em seus múltiplos sentidos.

Não nos podemos esquecer de que a presença do lixão na Codin e, depois, da Terra Prometida, como lugar de moradia e trabalho dos catadores, contribuíram para atrair as empresas vinculadas à gestão dos resíduos sólidos, como também, os sucateiros/comerciantes de recicláveis, parte importante da cadeia local de reciclagem. Nessa perspectiva, este artigo pretende realizar uma análise crítica tanto da criação da Terra Prometida e de sua transformação em um “gueto”, quanto do fechamento do lixão, eventos que se articulam pela presença dos grupos subalternos como “objeto” da ação do Governo local. Seja na condição de morador da Terra Prometida ou como trabalhador na catação de reciclável no lixão, eles foram alvo da ação autoritária e desrespeitosa das instituições governamentais, demonstrando que o racismo e a desumanização desses sujeitos compõem nas duas ocasiões. Em outras palavras, a ação do governo local deixou clara a sua natureza de classe e racista, mediada pela intenção de controle do território e dos seus sujeitos, sobretudo daqueles que “ousaram” desafiar as práticas institucionais, questionando o local do loteamento, inicialmente, e o fim do lixão, mais tarde. Esse modo de fazer política social não se esgotou com a experiência da Terra Prometida, em 1991. Em 2009, o governo liderado por Rosinha Garotinho seria responsável pelo maior programa de habitação de interesse social do município, reconfigurando o espaço local, prioritariamente os territórios periféricos e suas sociabilidades ao fomentar novos conflitos<sup>7</sup>.

## **2 A “guetização” do loteamento da Terra Prometida: alguns elementos para a problematização da racialização dos territórios periféricos**

Em virtude da sua complexidade, diferentes autores de diferentes disciplinas e referenciais teóricos-metodológicas trataram do conceito de território, chamando

---

<sup>7</sup>O Programa de Habitação Social “Morar Feliz”, da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, foi financiado com recursos próprios e entregou 6.500 residências, entre 2011 e 2016. A proposta inicial da Prefeita Rosinha Garotinho era a de entregar 10 mil unidades e praticamente eliminar o déficit habitacional no município. Foram 14 conjuntos habitacionais na cidade e na zona rural, deslocando mais de 20 mil pessoas.

atenção para os interesses hegemônicos que se instalam no espaço, resultando em desigualdades e hierarquias nas relações de poder e, também, na desigualdade do acesso a direitos em virtude dos conflitos e disputas que atravessam esses territórios (RAFFESTIN, 2008, SANTOS, 2002).

Ao conceber o território como produto da intervenção do sujeito, Raffestin (2008) o diferencia do espaço, afirmando que ele é essencialmente um produto das relações sociais e, portanto, lugar do agenciamento na construção dessas relações. Ao falar das divergências em torno do conceito de território, Souza (2008, p. 59) destaca que o território é definido a partir das relações de poder. Sem desconsiderar a importância das outras dimensões, o autor compara o território a um “campo de força”, em que as relações de classe, em toda a sua complexidade econômica, sociopolítica e cultural, aparecem como uma relação social, em que o território seria a expressão espacial dessa relação, ou, no sentido atribuído por Santos (2005), de “território usado”.

Ao valorizar as relações cotidianas e acolher o sentido do “espaço banal”<sup>8</sup>, Santos (2000, 2005) afasta-se das análises mais deterministas e economicistas que dão pouca centralidade aos sujeitos e ao seu agenciamento, particularmente àqueles mais vulnerabilizados e historicamente invisibilizados. Sem negligenciar o território, também como lugar de reprodução social e, portanto, das práticas hegemônicas, o autor vai chamar atenção para a presença dos sujeitos de distintas classes e de posições sociais, particularmente, dos “homens pobres e lentos do planeta” na construção do território (“território usado”), influenciando o nosso modo de analisar e de problematizar não apenas o processo de constituição da Terra Prometidas, mas as trajetórias e as experiências que marcaram as relações cotidianas e de resistências que construíram aquele “lugar”.

No caso dos catadores do lixão da Codin, em Campos dos Goytacazes, sua história não pode ser pensada, senão, a partir da sua inserção na dinâmica regional, e particularmente, das suas relações com a expansão e o declínio da atividade sucroalcooleira, que, a partir dos anos de 1950, promove um intenso processo de

---

<sup>8</sup> “Originalmente proposto por François Perroux, o conceito de espaço banal é definido como o local de realização da vida cotidiana, o espaço de todos e, portanto, irreduzível, porque reúne internamente todos os seus elementos (SANTOS, 1996). Ao espaço banal opor-se-ia a noção de redes. Em proposta anterior (SANTOS, 1986), não muito diferente, ao espaço banal, caracterizado pela concretude e proximidade, opor-se-ia o espaço econômico e abstrato dos economistas. (FARIA, R. M, e BORTOLOZZI, A., 2016)

expulsão dos trabalhadores do campo em direção às margens da cidade. A introdução de novas técnicas de transporte no campo, desde os anos de 1940, e as mudanças nas relações trabalhistas, nos anos de 1960, provocaram um forte movimento migratório para cidade (CRUZ, 1992; BENETTI, 1986). Estima-se que em torno de 35 mil trabalhadores tenham vindo morar nas margens da cidade de Campos, contribuindo para a dinamização do mercado de trabalho urbano local, sobretudo o da construção civil e do emprego doméstico (CRUZ, 1992). Para Benetti (1986), ao deixarem de ser responsáveis dos usineiros no período da entressafra da cana, esses trabalhadores passaram a sofrer um forte processo de desqualificação, dando origem à formação de um trabalhador braçal, precarizado e mal remunerado, disponível para qualquer capital. É nesse contexto que a catação de recicláveis nos vazadouros municipais vai aparecer como uma estratégia de sobrevivência para uma parcela significativa desses trabalhadores, inicialmente durante a entressafra e, mais tarde, como atividade principal em virtude do processo de falência das usinas locais, a partir dos anos de 1980 (ALMEIDA, 2015).

Segundo pesquisa realizada com os catadores do lixão da Codin, em 1993, 65% dos catadores e 41% das catadoras foram trabalhadores rurais antes de assumirem a ocupação de catador/a (JUNCA *et al.*, 2000). Com o avanço da crise na agroindústria sucroalcooleira e a perda da sua centralidade no que se refere à geração de empregos, a ocupação de lavrador foi sendo substituída por outras ocupações urbanas, dentre elas a de catação. De acordo com a pesquisa de Almeida (2015), apenas 15% dos catadores e 11% das catadoras chegaram a trabalhar no campo. E mais, entre os catadores da segunda geração, 54% dos catadores e 44% das catadoras responderam que sempre trabalharam na catação no lixão, confirmando a transformação dessa atividade de complementar (ao trabalho na lavoura de cana) em principal e única ocupação (ALMEIDA, 2015). Cabe ressaltar que, a partir da segunda metade da década de 1990, a cadeia da reciclagem diversificou as suas atividades no País, ampliando o rol de matérias-primas recicláveis e, é claro, aproveitando-se do trabalho excedente, insalubre e precarizado de um “exército de sobrantes” (ESCURRA, 2011) ou dos “deserdados da cana” (CRUZ, 1992), referindo-se aos desempregados em virtude da falência das Usinas da Região.

Em 1991, ano da criação do loteamento Terra Prometida, o campo voltaria a perder população, fazendo com que a população urbana atingisse 83,43% da população total. Essa taxa aumentou para 89,44% em 2000, chegando a 90,29% em



2010 (IBGE, 1982, 2011), confirmando o processo de expansão e de adensamento das áreas urbanas, com destaque para as favelas e áreas periféricas.

Na concepção de Kowarick (1979), a “espoliação urbana” era o resultado de uma dupla exploração dos trabalhadores que migraram do campo para a cidade, a partir dos anos de 1950, particularizando o processo de segregação socioespacial na periferia do capitalismo. Segundo o autor, o processo de urbanização levado a cabo, no Brasil, caracteriza-se por um somatório de extorsões que se opera por meio da inexistência ou da precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. A omissão do poder público no que se refere à regulação do uso do solo e sua desresponsabilização no provimento dos equipamentos coletivos de infraestrutura urbana, dentre outros bens e serviços, salientados por Kowarick (1979), acabava transferindo para o trabalhador e sua família a responsabilidade com a sua reprodução social, particularmente com o provimento da alimentação e da moradia.

A instalação definitiva do novo lixão na área da Codin, em 1990, fez com que os catadores de recicláveis, ainda que de modo individual, criassem estratégias com relação ao seu lugar de moradia, de modo a ficarem mais próximo do trabalho e dos filhos, sobretudo no caso das catadoras<sup>9</sup>. Algumas famílias de catadores chegaram a morar dentro do lixão para não ter que morar distante do seu lugar de trabalho. No caso das mães catadoras, durante as entrevistas, elas denunciavam a inexistência de creche e /ou de escola infantil em que pudessem deixar seus filhos pequenos, justificando a presença das crianças no lixão (ALMEIDA, 2015). Essa questão faz com que a localização da moradia ganhe um sentido estratégico para os trabalhadores e, particularmente, para as catadoras. Morar perto do lixão significava, no caso das mulheres, poder conciliar o trabalho produtivo com as atividades necessárias à reprodução social da sua família, atividades aprendidas, desde a infância, como “atividades das mulheres”. Cabe ressaltar que, no início da década de 1990, o município iniciava a sua política de expansão da rede de creches, o que restringia a autonomia das mulheres para aceitar uma vaga no mercado de trabalho formal, quando essa era oferecida.

---

<sup>9</sup> Em 1993, dois anos depois da criação do loteamento Terra Prometida, 6,1% dos catadores do lixão responderam que moravam no próprio lixão (JUNCÁ *et al.*, 2000).

A pesquisa de Almeida (2015) aponta também que 64% dos catadores moradores da Terra Prometida sempre residiram ou residiam há mais de 20 anos nesta localidade, ou seja, vivenciaram a experiência do processo de constituição daquele lugar. A maioria era oriunda de outros bairros da cidade e teve, como motivação, a busca da casa própria ou de aluguéis mais “em conta”. Apesar das condições precárias das habitações, da ausência do saneamento e dos serviços e equipamentos públicos coletivos e da forte segregação socioespacial imposta aos seus moradores, a proximidade com o lixão se acabou transformando em um fator de valorização daquele lugar pelos catadores.

Como se não bastassem o isolamento, a ausência de mobilidade e de infraestrutura urbana e a precariedade e/ou ausência dos equipamentos públicos coletivos, especialmente da creche e da escola, dois outros fatores chamavam atenção no que se refere ao processo de “guetização” da Terra Prometida durante a primeira década da sua constituição: a ocupação de catador(a) de reciclável no lixão, para mais de 60% dos seus moradores e, por conseguinte, a condição de extrema pobreza deles. Ao definir os guetos e distingui-los das áreas segregadas e pobres e também dos bairros étnicos, Wacquant (2004) vai enfatizar os seus elementos constitutivos, chamando nossa atenção para um conjunto de aspectos que se fizeram presentes na constituição do Terra Prometida, dentre eles, (i) a forte segregação socioespacial, considerando não só as barreiras físicas que dificultavam a mobilidade, mas também a ausência de política pública de transporte, o que também contribuía para aumentar as barreiras socioculturais; (ii) o fato de os catadores trabalharem e residirem no mesmo território, o que limitava a sua circulação e a relação social e reforçava o confinamento e a segregação sociocultural; e, por último, mas não menos importante; (iii) o racismo estrutural e institucional contra aquela população, majoritariamente negra (ALMEIDA, 2015)<sup>10</sup> e, por último, mas não menos importante, (iv) o forte processo de estigmatização contra os catadores do lixão, como já adiantado, responsável pela introjeção de um sentimento de estranheza e inferioridade com relação aos “normais”.

---

<sup>10</sup> A pesquisa de Almeida (2015) indica que 45% dos catadores do lixão residiam na Terra Prometida. Já no que se refere à composição racial deles, a pesquisa indica que os catadores e as catadoras negros representavam 92%. O percentual dos catadores negros entre os catadores do lixão de Campos era de 89% (ALMEIDA, 2015), um percentual já bem superior à média dos catadores negros brasileiros, que era de 66% (IPEA, 2010). Esses dados confirmam o vínculo existente entre os trabalhadores e as trabalhadoras negros com as ocupações manuais de menor remuneração e prestígio social.

A constituição da Terra Prometida como “reservatório” de mão de obra negra, precarizada e completamente desprotegida contribuiu para alimentar, durante quase três décadas, a cadeia produtiva local da reciclagem. Em sua análise sobre os catadores de recicláveis, Escurra (2011) rejeita a condição de excluído e marginalizado atribuída a ele e denuncia o vínculo precarizado desses trabalhadores com o processo de valorização. Segundo ela, embora o catador se apresente “à margem do domínio do capital”, isto é, de maneira “autônoma”, há que se considerar a forte hierarquização e a subordinação aos interesses da indústria e dos comerciantes no que se refere aos recicláveis que serão comercializados, à forma como eles deverão ser apresentados, prensados, amarrados e, principalmente, quanto ao valor pago a eles, o que confirma essa cadeia de subordinação. Além disso, a condição privilegiada das empresas recicladoras, nessa cadeia, faz com que elas imponham o preço dos recicláveis em função dos custos e também do valor dessas *commodities* no mercado internacional.

O que se pode perceber nessa cadeia é que o grande responsável pela coleta da matéria-prima para a indústria de reciclagem é também a parcela mais vulnerabilizada e explorada. Não por acaso, Bosi (2008) afirma que a reciclagem, no Brasil, é extremamente dependente do trabalho do catador porque ele lhe é mais rentável do que o investimento em novas tecnologias. Além disso, a existência de um exército de sobrantes, vem permitindo a este setor, uma lucratividade invejável.

O fato da Terra Prometida assumir essa dupla função, ou seja, a de lugar de trabalho estigmatizado e de reprodução social extremamente precária, impediu, sobretudo na primeira década da sua implementação, qualquer intercâmbio social e cultural “para fora” daquele território, intensificando as relações sociais entre “eles”. Ainda que esse padrão de sociabilidade pudesse ser gerador de laços de vizinhança e de solidariedade, ele também produzia muitas disputas interpessoais, algumas bastante violentas, considerando o “confinamento” e a ausência de mobilidade (espacial e social) em um espaço pouco plural e diverso do ponto de vista social e cultural e das trajetórias e experiências dos seus moradores.

No que se refere à escolaridade, 30% dos catadores da Terra Prometida nunca frequentaram a escola<sup>11</sup>. Suas experiências infantis aparecem associadas ao trabalho

---

<sup>11</sup> A localização e a ausência de mobilidade interferiram diretamente na frequência escolar das crianças e adolescente, que, por muito tempo, acompanharam suas mães no trabalho no lixão. O Centro

precoce, majoritariamente na lavoura de cana, com os seus pais e, mais tarde, no próprio lixão. Mais da metade respondeu que começou a trabalhar aos 12 anos de idade; e 42%, com 10 anos de idade. No caso dos jovens com idade entre 18 e 24 anos, filhos dos catadores e/ou catadoras, Almeida (2019) aponta que apenas 25% deles ainda frequentavam a escola, e que mais da metade (51%) não trabalhavam e nem estudavam. Entre os que estavam trabalhando, além da catação, as ocupações eram as de ajudante de pedreiro, gari, vendedor ambulante e auxiliar de serviços gerais. Já entre os que não estavam trabalhando (59%), uma parcela significativa respondeu que, depois do fechamento do lixão, não conseguiu um novo trabalho.

O trabalho infantil, para complementar a renda da família, impediu que esses jovens e adultos aumentassem a sua escolaridade, funcionando como barreira, muitas vezes intransponíveis à uma integração melhor qualificada no mercado de trabalho. Não por acaso, a uma grande parte dos jovens excluída do mercado de trabalho formal, já bastante competitivo e limitado, restou a continuidade do trabalho no lixão, até o seu fechamento, e depois nas Cooperativas de Catadores, que acabaram acolhendo muitos desses jovens, sobretudo a partir do crescimento do desemprego e da pandemia da Covid-19, em 2020<sup>12</sup>.

Segundo Wacquant (2004, p. 159), se o isolamento imposto pode levar a uma intensificação do intercâmbio social e cultural dentro do gueto, possibilitando a produção de identidades coletivas, por outro lado, os processos de segregação espacial, de marginalização e de dominação étnico-racial intensificam o abismo sociocultural entre os marginalizados e os “outros”, “[...] submetendo os primeiros a condições únicas, de maneira que os padrões de cognição e conduta sejam compreendidos como singulares, exóticos ou até aberrantes e servindo para alimentar as crenças preconceituosas já existentes”. No caso da Terra Prometida, a relação entre moradia e trabalho, em condições de confinamento e de precarização, resultaram em baixíssima escolaridade e menor acesso às experiências socioculturais e aos recursos simbólicos fornecidos pelo processo de educação formal. Esses carecimentos expressam a letargia dos direitos na proteção dos trabalhadores mais

---

Integrados de Educação Pública (CIEP) Pedro Álvarez Cabral, localizado na Terra Prometida, foi inaugurada no ano de 2000, uma década depois da implantação do loteamento.

<sup>12</sup> Segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política (Netrad) da UFF-Campos, o percentual de jovens com idade entre 18 e 29 anos trabalhando nas quatro Cooperativas de Campos atingiu 48%. Desses jovens, 62% são do sexo masculino, e 95,23%, são negros.

empobrecidos e segregados, restringindo suas experiências de socialização à convivência familiar e comunitária.

Nesse sentido, a implantação do projeto de habitação popular *Cada família tem um lote* na Terra Prometida, não pode ser vista de outra maneira senão a de uma experiência de “guetização” produto de uma política de governo claramente orientada pelo racismo estrutural e institucional e de relações marcadas pelo estigma com relação aos catadores. Na compreensão de Sílvio de Almeida (2019, p.22), o racismo é sempre estrutural, na medida em que “é um elemento que integra a organização da sociedade, seja no âmbito econômico, seja no político, municiando de sentido e tecnologia a reprodução das desigualdades”. E mais, o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas, conscientes ou inconscientes, que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p.22). No caso do racismo institucional. Almeida o define como “a aplicação de decisões e políticas que consideram a raça com o propósito de subordinar um grupo racial e manter o controle sobre esse grupo” (2019, p.29).

Como já apresentado, uma parcela significativa dos catadores respondeu que nunca trabalhou em outra ocupação, o que significa que também uma parcela expressiva dos moradores da Terra Prometida nunca teve uma outra relação de trabalho e de convivência “fora” dos estreitos limites do lixão. Por outro lado, as relações estigmatizadoras reforçavam um sentimento de inferioridade que não os estimulava na sua relação com o “outro” que não fazia parte daquele lugar e das suas experiências. Este isolamento, ainda que muito menor do que era nos anos de 1990, ajuda a explicar a pouca diversidade do lugar, sugerindo uma sociabilidade restrita do ponto de vista do acesso aos bens simbólicos e culturais, o que pode contribuir para a compreensão dos problemas de interação dos catadores da Terra Prometida com os catadores de outros lugares no processo de resistência e, mais tarde, na autogestão da Cooperativa Nova Esperança onde se encontra uma grande parte dos catadores residentes na Terra Prometida<sup>13</sup>.

Como demonstram algumas pesquisas já citadas (JUNCÁ *et al.*, 2022; PÓVOA, 2002; CORDEIRO, 2004), além da ausência de planejamento e de uma coerência

---

<sup>13</sup> Do total de cooperados nas quatro Cooperativas, 59% deles foram catadores do lixão da Codin. 29,5% encontram-se na Nova Esperança, 18% estão na Reciclar; 6,8% na Renascer e 4,5% na Cata Sol (NETRAD, 2022).

mínima na execução do projeto, há uma unanimidade, entre os especialistas, quanto à precarização das moradias e da infraestrutura urbana do projeto Terra Prometida. Os problemas envolvendo o projeto foram tantos que, ao final, “[...] convivem no mesmo loteamento casas de alvenaria com casas feitas de madeira, papelão e ainda uma feita de restos de lixo. Uma das ruas construídas recebeu a estrutura de esgotamento sanitário, mas a maior parte delas não contou com esse serviço.” (CORDEIRO, 2004, p. 54). Esse descaso com os seus futuros moradores, além do racismo institucional, pode expressar também a retaliação do Governo local com o ativismo político dos “sem-teto” da Ocupação do Calabouço, uma prática inédita na cidade, até então.

Referindo-se às mudanças realizadas na Terra Prometida, no início dos anos 2000, uma década depois da criação do loteamento, Cordeiro (2004) destaca a implantação de alguns serviços sociais e de infraestrutura urbana, como o Posto de Saúde, a Creche e um núcleo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), voltado para combater o trabalho infantil no lixão. As valas negras desapareceram das ruas, e o lixão, antes descampado, com animais de grande porte e insetos, foi cercado, permitindo que os catadores deixassem de conviver com essa realidade.

A pesquisa de Almeida (2015) registra uma melhora considerável com relação às condições de moradia e de infraestrutura urbana dos catadores. Considerando que 45% desses catadores residiam na Terra Prometida, podemos afirmar que as melhorias também atingiram os seus moradores. Segundo as informações dos catadores, 86% tinham água encanada em casa; 98% estavam ligados à rede de energia; 63% estavam ligados à rede pública de esgoto; e 83% possuíam casa própria, sendo 96% de alvenaria, no entanto houve muitos relatos, principalmente por parte dos moradores da Terra Prometida, sobre os problemas relativos à presença de cupim na construção e de desabamento de parte das casas antigas. Em entrevista ao Jornal Folha da Manhã (Folha Bairros, Terra Prometida, 2011), um grupo de moradores apresentou um conjunto de problemas relativos à limpeza pública, ao acúmulo de lixo e às péssimas condições do Ciep Pedro Álvares Cabral, a única escola do local, demonstrando que, mesmo com as melhorias realizadas tardiamente, elas ainda estão longe de atender às necessidades quanto aos serviços e bens públicos coletivos, um desafio para os moradores das favelas e áreas periféricas do município. Para D., catadora e liderança do movimento local de catadores,

A Terra Prometida é um pinguinho de terra que até Deus parece ter esquecido. Se queremos educação de qualidade, não temos. Se queremos saúde de qualidade, não temos. O que eu queria saber é para onde vai o dinheiro que vem da extração do petróleo. Deve ir para toda a cidade, menos para a Terra Prometida, porque aqui parece que somos filhos de uma terra seca. (FOLHA DA MANHÃ, 2011, p.3).

Um outro grande problema do passado, a mobilidade, parece ter sido enfrentado, ainda que parcial e precariamente, como é a qualidade do transporte público em todo o município. 54% dos moradores da localidade, que passou a ser servida por ônibus e van, responderam que ela é satisfatória. Assim, se, com o passar dos anos, o processo de “guetização” inicial da Terra Prometida foi sendo enfrentado e se transformando, considerando o crescimento da malha urbana em direção à área da Codin e a oferta de serviços e bens públicos na Terra Prometida, ainda que precários, os conflitos não cessaram. Em 2012, o fechamento do lixão da Codin, de modo autoritário, mobilizou os catadores em defesa de um projeto que os integrasse, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010), considerando o projeto original da Empresa Concessionária, que também administraria o aterro sanitário que nunca saiu do papel. Durante o processo de resistência dos catadores contra o fechamento do lixão, sem uma alternativa de inclusão socioeconômica deles, acompanhado pelo projeto de extensão e de pesquisa da UFF Campos, podemos perceber não apenas a intransigência da Poder Público local, mas, também, o mesmo racismo institucional que esteve presente na criação do Projeto Terra Prometida e em sua implementação. Transformada, durante mais de duas décadas, em um “reservatório” de mão de obra negra, precarizada e super explorada pela cadeia local da reciclagem, os moradores da Terra Prometida voltaram a se preocupar com uma situação que, graças ao trabalho no lixão, eles haviam superado: o desemprego e a fome.

### **3 Do território ao lugar:** a ação coletiva dos catadores pelo direito ao trabalho

Como já assinalado, para Santos (2005), é o conceito de “lugar” que recupera a dimensão da ação no território, da ação cotidiana na construção daquele tecido social, ou seja, do “espaço do acontecer solidário”. Só no “lugar”, afirma Santos (2000, 2005), pode residir a resistência aos processos perversos do mundo. Nesse sentido,

as concepções de “lugar” e de “território usado” aparecem como referências importantes para a nossa problematização, abrindo um conjunto de possibilidades de análise sobre a Terra Prometida, nos seus 30 anos de existência, como um lugar coproduzido pelos catadores de recicláveis do lixão em suas relações de subalternidade, mas, também, de resistência contra os projetos hegemônicos que afetaram as suas vidas e, particularmente, contra o fechamento do lixão, “meio de vida” para mais de 400 catadores da Terra Prometida e adjacências.

O encerramento das atividades do lixão trouxe inúmeros problemas para os catadores e moradores da Terra Prometida tanto no que se refere à reprodução social das famílias, quanto do ponto de vista da economia daquele “lugar”, tradicionalmente ligado às atividades da catação de reciclável. Além dos catadores, que “alimentavam” os diversos sucateiros e grandes comerciantes que integravam o setor local da cadeia da reciclagem, dezenas de pequenos compradores fecharam seus negócios ou buscaram novos lugares para atuar. A perda do único “meio de vida” dos catadores provocou muita insegurança, trazendo novamente o medo da desocupação e da fome, já enfrentadas em períodos anteriores<sup>14</sup>.

Os depoimentos a seguir expressam as representações de algumas catadoras<sup>15</sup> sobre o encerramento do lixão da Codin naquela manhã do dia 17 de junho de 2012. *“Uma coisa é saber que um dia o lixão seria fechado, a outra, é ver esse momento de sofrimento, quase de desespero.”* (Diana, 2021). *“O medo de todo mundo era passar fome.”* (Bianca, 2015). *“Quando o lixão fechou foi um desespero, eu com cinco filhos. Devolvi meus filhos pros pais que eu achei que eles iam passar tudo necessidade. Eu falei pras crianças, vai todo mundo para casa do pai de vocês.”* (Susana, 2015). *“Quando chegou e falou que ia fechar o lixão e ninguém ia trabalhar mais, a gente até chorou, sabe? Porque a gente sabia que a gente tinha um futuro dali de dentro.”* (Rosemary, 2021). *“A gente ver o caminhão chegar ali e despejar dentro do outro para levar lá pra Conselheiro Josino (referindo-se ao novo aterro sanitário) e jogar lá sem poder ninguém aproveitar, isso é um absurdo. Tem muita gente precisando desse material, não é só eu não.”* (Ana, 2013).

---

<sup>14</sup> Segundo relatos dos catadores, em 2012, eles tiravam em média R\$ 40,00 (quarenta reais) por dia, ou R\$ 800,00 (oitocentos reais) por mês; R\$ 200,00 (duzentos reais) a mais que o salário-mínimo vigente à época. Os catadores que trabalhavam mais horas por dia e mais dias na semana conseguiam ganhar em torno R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ou mais por mês. *“Quanto maior o crediário, mais tempo a gente trabalhava”*, diziam as catadoras, referindo-se a sua autonomia na definição do tempo de trabalho. *“A gente trabalhava em função das nossas necessidades.”* (Diário de Campo, 2013).

<sup>15</sup> Os nomes atribuídos às catadoras são fictícios.



Marcados por uma trajetória de desemprego e de insegurança quanto ao “sustento dos filhos”, a resistência dos catadores contra o fechamento do lixão chamou atenção pelo resgate do significado, atribuído coletivamente ao trabalho de catador, quase sempre visto como não-trabalho ou como uma atividade menos respeitável. Para muitos, o trabalho no lixão significava a única oportunidade de trabalho honesto, considerando as dificuldades impostas a eles pelos demais mercados de trabalho, já vivenciadas pelos catadores da primeira geração. Para as catadoras, em particular, o trabalho no lixão foi fundamental para que elas pudessem construir a autonomia necessária para abandonarem as relações de violência às quais estavam submetidas, o que, de certo modo, contribuiu para construir uma imagem positiva desse trabalho no “sustento dos filhos” e na independência financeira delas (ALMEIDA, 2021). Maioria entre os catadores do lixão (62%), esse papel de autonomia atribuído pelas catadoras ao trabalho de cata, no lixão, acabou interferindo positivamente não apenas na construção da ação coletiva dos catadores, mas, também, na continuidade do movimento e na sua negociação com o Poder Público, a Empresa Concessionária e as Instituições de Justiça, em favor de uma política de inclusão produtiva dos catadores, o que acabou acontecendo com a criação das Cooperativas.

As manifestações no dia do encerramento das atividades de catação no lixão, assim como as respostas dos catadores sobre este evento expressam um misto de sentimento de surpresa e de injustiça, considerando que havia uma negociação em curso com a Prefeitura em virtude de uma Ação Civil Pública solicitada pelos catadores à Defensoria Pública, já que a Empresa não havia cumprido com as contrapartidas apresentadas no Termo de encerramento do lixão. A injustiça, por sua vez, justificava-se, segundo eles, pelo tempo de trabalho *“sob sol e sob chuva, sem nunca pedir nada à Prefeitura”*. Para eles, o Poder Público nunca se importou com eles. Além disso, eles sabiam, sobretudo os de mais idade, de que a fome, já experimentada em outras ocasiões, voltaria a rondá-los e que os “vales”, como eram chamados o Programa de Transferência de Renda (municipal), não seriam suficientes para a sua reprodução social e de sua família. O medo se instalou entre eles, assim como o sentimento de insegurança com relação ao futuro, já que durante 25 anos, o trabalho no lixão vinha garantindo “o sustento dos filhos”, dentre outros itens da reprodução social.

Parece paradoxal, mas a catação de recicláveis, no Brasil, realizada por mais de um milhão de catadores nas ruas, nos lixões e nas cooperativas, sustenta milhões

de pessoas em virtude de um mercado de trabalho restrito, segmentado, desigual e precarizado, que historicamente vem penalizando uma parcela significativa da classe trabalhadora. É nesse contexto que o trabalho do catador deve ser considerado e problematizado.

O lixão da Codin significou, por quase três décadas, o fim das incertezas e das inseguranças que rondavam os catadores oriundos de ocupações precarizadas e mal remuneradas, como já apresentado. Desse modo, o encerramento das atividades do lixão aos olhos dos catadores apareceu como precipitado, autoritário e injusto. Essa representação, compartilhada pelos catadores e pelas catadoras, da primeira e segunda gerações acabou contribuindo para o surgimento de uma consciência coletiva em torno do reconhecimento dos seus direitos como catadores, mobilizando-os para uma ação coletiva de defesa de uma Política Pública que os integrassem de maneira menos precarizada e subalterna. Em conformidade com a PNRS (2010), tratava da participação das Cooperativas e/ou Associações de Catadores na Coleta Seletiva Municipal em substituição da Empresa Concessionária.

Depois de três anos do fechamento do lixão da Codin, em 2015, foram abertas as duas primeiras Cooperativas. Entre 2016 e 2017 foram abertas mais duas, fruto da mobilização e resistência dos catadores que ousaram se organizar em defesa dos seus interesses coletivos. Mesmo com toda a sua precarização, as Cooperativas, herdeiras do protagonismo dos catadores do lixão, resistem ao avanço da privatização do setor e da lógica mercantil, construindo novas modalidades de pensar o trabalho, a solidariedade e a autogestão, práticas completamente estranhas à subjetividade neoliberal vigente.

## **CONCLUSÃO**

A intenção deste artigo de recuperar dois conflitos importantes envolvendo os moradores da Terra Prometida, na sua constituição (1991) e, mais tarde, no fechamento do lixão (2012), foi a de problematizar alguns aspectos estruturantes das políticas públicas locais e que aparecem articulados nessas duas experiências - o racismo e a estigmatização de grupos subalternos e periféricos.

O racismo estrutural e institucional que orientou a constituição do projeto da Terra Prometida, transformando-a em um gueto e confinando os seus moradores em um “lugar” de completa ausência de mobilidade e dos equipamentos e serviços coletivos deixava claro o projeto de desqualificação e inferiorização de um público

concebido pelos agentes institucionais como aqueles que não tem a dignidade suficiente para serem reconhecidos como cidadãos e, portanto, merecedores da atenção do Estado.

A reprodução das condições da Terra Prometida como um reservatório de mão de obra desqualificada, precarizada e barata para o setor local da cadeia produtiva da reciclagem, grupo tradicional no município e de influência no Poder Público, foi possível até um novo “projeto” ganhar o interesse da administração local, que articula interesses político-eleitorais com aqueles de frações da classe dominante. A resistência dos catadores, assim como a dos “sem - teto” não foi prevista pelo andar de “cima” acostumado a executar seus interesses à revelia das necessidades dos grupos subalternos e às custas do fundo público que financia o clientelismo local. Todavia, na contramão do que se espera dos grupos subalternos, especialmente daqueles das periferias de cidades não - metropolitanas, essa resistência nos ensinou muito sobre processo de organização das frações mais vulnerabilizadas e periféricas da classe que vive do trabalho e sobre as possibilidades das alianças entre esses segmentos e a sociedade civil, particularmente, dos “aparelhos privados de hegemonia” ligados às lutas e aos direitos dos trabalhadores. E mais, sobre os imensos desafios de como democratizar os espaços “públicos”, nada democráticos e completamente tomados por interesses particulares e corporativos, desafiando a cultura clientelista local e os modos tradicionais de fazer política pública sem a participação dos interessados, como aconteceu com os sem-teto do Calabouço, os catadores, os removidos do Morar Feliz e tantos outros.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, É. T. V de. **Diário de Campo**. Campos dos Goytacazes: Netrad, 2013.
- ALMEIDA, É. T. V de. Os Órfãos do Lixão – uma análise do contexto de reprodução social dos filhos dos catadores de Campos dos Goytacazes/RJ. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA, 7., 2019, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, Rio de Janeiro, 2019.
- ALMEIDA, É. T. V de. **De Catadores de lixo a Catadores de material reciclável**: o que muda com a Política de Resíduos Sólidos? Um diagnóstico da trajetória de trabalho dos catadores de material reciclável e do seu protagonismo a partir do fechamento do lixão da Codin em Campos dos Goytacazes/RJ. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro: Faperj, 2015.
- ALMEIDA, É. T. V de. **Relatório de Estágio Pós-doutoral**: o protagonismo dos sujeitos periféricos em Campos dos Goytacazes. 302 f. Relatório (Pós-Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.
- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. *In*: PIQUET, R. (org.). **Acumulação e pobreza em Campos**: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.

BRASIL. Lei n. 12.305. Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário da República Federativa do Brasil**, seção 1, Poder Legislativo, Brasília, DF, p. 3, 3 ago. 2010.

BOSI, A. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 66-191, jun. 2008.

CRUZ, J. L.V. da. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 159-178, set./dez. 1992.

D'ALMEIDA, Úrsula Gonçalves. **A materialidade das políticas habitacionais na produção do espaço urbano em Campos dos Goytacazes/RJ**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ESCURRA, M. F. Sobrevivendo do Lixo: População Excedente, Trabalho e Pobreza. *In*: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, DF: Ipea, 2011.

FARIA, R. M, e BORTOLOZZI, A. Território e saúde na geografia de Milton Santos: teoria e método para o planejamento territorial do sistema único de saúde no Brasil. *In*: **Revista Raega - o espaço geográfico em análise**. Curitiba, v. 38, pp. 291 - 320, Dez/2016.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

GOMES, M. M. T.; FARIAS, P. S.; CORDEIRO, M. M. Com quantos tijolos se faz uma favela? O caso da “Terra Prometida” em Campos dos Goytacazes. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, n. 2., p. 68-87, jan./dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Demográfico – 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Relatório de Pesquisa. Brasília, DF: DIRUR/IPEA, 2010.

JUNCA, D. C. *et al.* **A mão que obra no lixo**. 1. ed. Niterói: EDUFF/UFF, 2000.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA (NETRAD). **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do Netrad**. Campos dos Goytacazes, RJ: Editora da UFF, 2013/2022.

PÓVOA, F. M. R. **A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes – RJ (1989-2001)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2002.

RIBEIRO, S. **Racismo ambiental**: o que é importante saber sobre o assunto. [s. l.]: Portal Geledés, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-ambiental-o-que-e-importante-saber-sobre-o-assunto/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SANTOS, M. O retorno do território. **O SAL** (Observatório Social da América Latina), ano VI, n.16, jan./abr. 2005.

SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da geografia. Um manifesto. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 7., 2020, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: AGB, 2000.

SOUZA, M. J. L. de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. *et al.* (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WACQUANT, L. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 23, p. 155-164, nov. 2004